

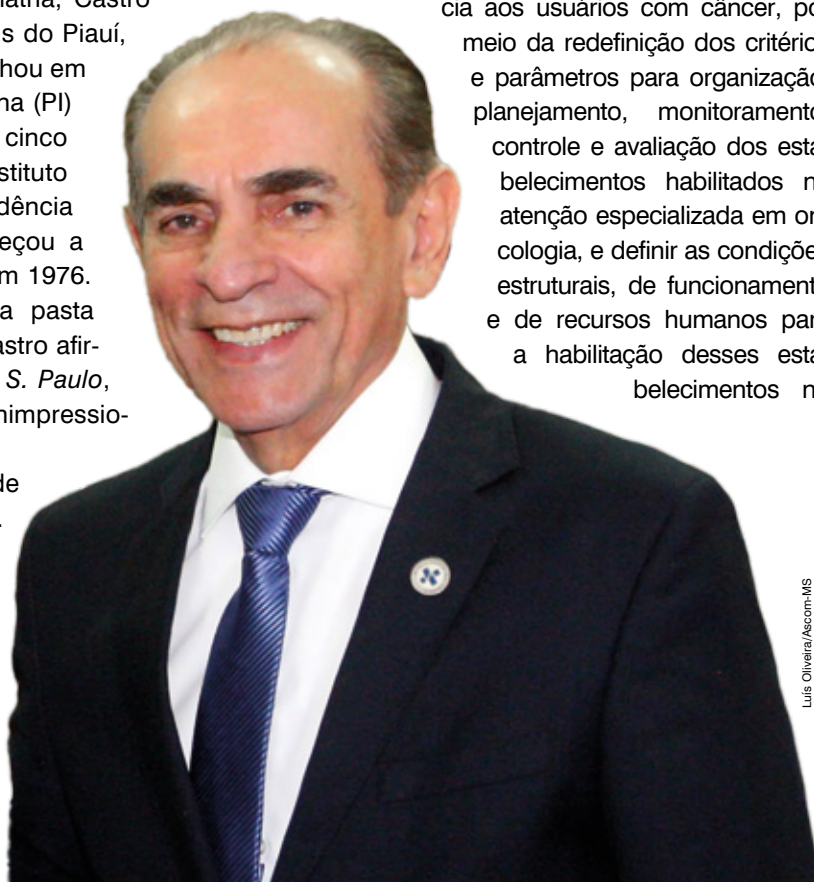
Descentralização qualificada

O novo ministro da Saúde atua na política desde 1982 e já exerceu três mandatos de deputado estadual e cinco de deputado federal: o médico piauiense Marcelo Costa e Castro, 65 anos, assumiu o ministério em outubro de 2015 atendendo a um pedido da presidente Dilma Rousseff. Ainda pouco conhecido no cenário nacional, no seu estado foi o deputado estadual mais votado em 1986 e 1990 e o federal líder de votos em 1998, 2006 e 2010. Com residência e especialização em Psiquiatria, Castro foi professor das universidades federais do Piauí, Fluminense e do Rio de Janeiro. Trabalhou em clínicas e hospitais públicos em Teresina (PI) e no Rio de Janeiro. Casado e pai de cinco filhos, é médico aposentado do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps), órgão no qual começou a atuar por meio de concurso público, em 1976. Indicado pelo PMDB para assumir a pasta durante a última reforma ministerial, Castro afirmou, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, que não se curvaria a pressões: “Sou inimpresionável”, disse.

Por e-mail, o atual ministro da Saúde concedeu entrevista à REDE CÂNCER. Ele falou sobre o papel das secretarias estaduais e municipais no controle do câncer, a importância do INCA na formação de recursos humanos e o câncer como doença crônica.

REDE CÂNCER - Como o senhor enxerga o papel do Estado no cuidado do câncer?

A prevenção e o controle do câncer sempre foram e continuam a ser prioritários para o Ministério da Saúde. Compreendemos que o Estado é o principal gestor da Rede de Atenção à Saúde, também no eixo da oncologia. As normas definidas na Portaria/SAS nº140/2014 têm como objetivo apoiar os gestores na organização, regulação do acesso, controle e avaliação da assistência aos usuários com câncer, por meio da redefinição dos critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos habilitados na atenção especializada em oncologia, e definir as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação desses estabelecimentos no



Luís Oliveira/Ascom-MS

“A prevenção e o controle do câncer sempre foram e continuam a ser prioritários para o Ministério da Saúde”

âmbito do Sistema Único de Saúde [SUS]. Posto isso, consideramos que os estados podem e devem contribuir de forma efetiva nessa organização, uma vez que as ações de cuidado do câncer ultrapassam as fronteiras dos municípios e passam a abranger regiões de saúde. E o papel de todos está bem definido nessa portaria.

REDE CÂNCER - O senhor concorda que o câncer deva ser tratado como mais uma doença crônica?

A maioria dos cânceres evolui como doença crônica. Com a evolução diagnóstica e terapêutica observada nas últimas décadas, aumentou-se muito a sobrevida e a cura dos doentes, que passaram a conviver com suas doenças cronicamente. Por isso, não se pode confundir meio com objetivo finalístico, a execução de uma Política Pública.

REDE CÂNCER - Gestores de todos os estados se reuniram na II Oficina Nacional de Organização da Rede de Atenção à Saúde para o Controle do Câncer, a fim de discutir a implantação dos planos de ação de oncologia propostos pelo MS. O que deve mudar com os novos planos?

A Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC) é uma das mais longevas políticas do SUS, vinda desde 1998, após cinco anos de discussões e pactuações. Em 2005, por conta da Portaria SAS nº 741, os planos estaduais foram discutidos, aprovados e executados. Agora, eles estão sendo revistos e aprimorados. Os novos planos deverão apresentar propostas de ações para atender à demanda existente de cuidado, considerando a capacidade instalada atual e as possibilidades/necessidades de ampliação dos serviços, se necessárias.

REDE CÂNCER - É possível garantir a oportunidade de acesso e a melhoria da qualidade da atenção à pessoa com câncer?

É possível, sim, e isso é o que temos feito. O Ministério da Saúde publicou normativos para a reestruturação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Câncer, como a Portaria GM/MS nº 874, de 2013, que instituiu a Política Nacional para a Prevenção e Controle do

Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no SUS, e a Portaria SAS/MS nº 140, de 2014. Por meio dessas portarias, o ministério procurou dotar as secretarias de Saúde de instrumentos que permitissem a reorganização da Rede de Atenção, com base na necessidade de serviços e integralidade assistencial, e não na oferta de serviços. Consideramos que, por meio da descentralização, a responsabilidade direta pelo planejamento, organização e controle da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Câncer é das secretarias estaduais, em conjunto com as secretarias municipais, com definições pactuadas e organizadas nas Comissões Intergestores Regionais (CIR). A partir dessas orientações normativas, financiamento e apoio institucional oferecidos pelo Ministério da Saúde, mudanças nos processos de trabalho dos serviços e estruturação da rede, é possível qualificar o acesso e a assistência aos pacientes oncológicos.

REDE CÂNCER - E em relação à formação de profissionais e introdução de novas tecnologias, que horizontes temos no Brasil?

No que se refere ao provimento de especialistas para a prevenção e o controle do câncer, com toda a sua complexidade e abrangência, o Ministério da Saúde desenvolveu algumas estratégias, já em andamento, para atender às demandas de todos os estados. Por exemplo, por meio do INCA, oferecemos a formação de multiplicadores, com o curso de qualificação para tecnólogos ou técnicos de radiologia, radioterapeutas e físicos-médicos, todos especialistas em radioterapia. O objetivo é ampliar e homogeneizar conhecimentos teórico-práticos para que os profissionais possam atuar como docentes/multiplicadores na formação de novos técnicos especializados em radioterapia. Concomitantemente, no intuito de garantir profissionais capacitados a operar os novos equipamentos adquiridos por meio do Plano de Expansão e dos convênios firmados, bem como atender à demanda dos equipamentos hoje em funcionamento, o ministério está estruturando novas turmas para especialização de técnicos em radiologia em radioterapia nas escolas técnicas do SUS em todo o Brasil. E isso se verifica em outras áreas profissionais e especialidades envolvidas com a prevenção e o controle do câncer. Quanto a novas tecnologias, a prevenção e o tratamento do câncer têm sido muito pautados na Conitec [Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias], e é visível a evolução que o Brasil teve nessa área, na qual já se equipara a outras agências de avaliação, como as do Reino Unido, Canadá, França e Austrália. ■